



A COR DA VIOLÊNCIA POLICIAL: A BALA NÃO ERRA O ALVO

dezembro 2020

cesec

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



**A COR
DA VIOLÊNCIA
POLICIAL:
A BALA NÃO ERRA O ALVO**

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Coordenação do CESeC

Julita Lemgruber
Leonarda Musumeci
Sílvia Ramos

Coordenador adjunto

Pablo Nunes

EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Coordenadora geral

Sílvia Ramos

Coordenador de pesquisa

Pablo Nunes

Coordenadora de comunicação

Juliana Gonçalves

Pesquisador

Pedro Paulo da Silva

Articuladora e pesquisadora

Bruna Sotero

Analista de redes sociais

Marcos Vinícius de Araújo

Gerente

Ana Paula Andrade

Fale com a gente

rededeobservatorios@gmail.com

Twitter @rede_seguranca

Facebook @rededeobservatorios

Instagram @rededeobservatorios

Apoio

FORD FOUNDATION

Apoio Institucional

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

Agradecimentos: Samira Bueno, Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e Hilário Ferreira, pesquisador da história e cultura negra do Ceará e Conselheiro da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO - CE)

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - BAHIA

Dudu Ribeiro
Luciene da Silva Santana

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - CEARÁ

Ana Letícia Lins
Cesar Barreira
Ricardo Moura

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - PERNAMBUCO

Dália Celeste
Deila Martins
Edna Jatobá

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - RIO DE JANEIRO

Bruna Sotero
Itamar Silva
Pedro Paulo da Silva
Sílvia Ramos

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA - SÃO PAULO

Bruno Paes Manso
Francine Ribeiro

ORGANIZAÇÕES FORMADORAS DA REDE

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)
Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD)
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)
Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC)
Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

Parceiros na coleta de dados

Fogo Cruzado
Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Monitor da Violência



**Os ossos de nossos antepassados
colhem as nossas perenes lágrimas
pelos mortos de hoje.**

**Os olhos de nossos antepassados,
negras estrelas tingidas de sangue,
elevam-se das profundezas do tempo
cuidando de nossa dolorida memória.**

**A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.**

**A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo negro bambeia e dança.
A certidão de óbito, os antigos sabem,
veio lavrada desde os negreiros.**

Conceição Evaristo, 2008 ¹



**VIDAS
NEGRAS
IMPORTAM**

¹ "Certidão de Óbito", Poema de Conceição Evaristo no livro *Poemas da recordação e outros movimentos* (Editora Malê, 2008).



O racismo enterra corpos pretos todos os dias. É ele que também ensina ao policial que o alvo da sua bala tem cor. Sabemos que esta é apenas uma das tecnologias de morte empregadas pela máquina de moer negros que é o Estado. Pretos e pardos são vistos como excedentes e podem morrer, de acordo com o que aprendemos com a necropolítica², para se fazer cumprir a política de branqueamento³ do Brasil. Nossa sociedade está estruturada para que o racismo seja o motor da violência – como evidenciamos no nosso Anuário – e por isso a Rede de Observatórios da Segurança se compromete desde o seu lançamento a trazer para o debate a questão através da análise de dados. O debate da segurança pública precisa, antes de tudo, ser centrado em raça.

Os números apresentados neste relatório comprovam que o racismo mata. Na Bahia, praticamente todos os mortos em ações policiais são negros. O mesmo padrão se repete nos outros estados monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança (CE, PE, RJ e SP). Os números que chocam foram coletados das secretarias estaduais dos cinco estados que compõem a Rede e se referem ao ano de 2019. Os microdados (que trazem informações como cor, sexo, idade e outras variáveis) não são padronizados, tendo cada estado um modelo diferente de apresentação. Após o processo de uniformização dos bancos de dados, extraímos algumas estatísticas descritivas para iluminar o contexto de violência policial e como ela é racializada em cada um dos estados.

O objetivo do presente levantamento é olhar detidamente os números, colocando a lente num tema tabu sobre o qual os dados até o momento eram escassos ou inexistentes: a cor das vítimas de violência letal policial em cada estado. Os resultados são chocantes e não há como disfarçar. O racismo estrutura políticas de policiamento e de segurança pública.

² Conceito criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe em 2006, baseia-se na premissa de que o Estado pode decidir quem vai viver e quem vai morrer.

³ Branqueamento é uma ideologia corrente no Brasil do final do século XIX que preconizava a miscigenação como "solução" para o excesso de negros. Essa ideologia era apoiada num "racismo científico" (darwinismo social e eugenia racial) e no limite dava suporte para a ideia de genocídio da população negra.



A COR DA VIOLÊNCIA

Os cinco estados que compõem a Rede têm composição racial bastante distinta. Enquanto na Bahia os negros são 76%, em São Paulo são 35%. No entanto, ao analisarmos a proporção de negros entre as vítimas de violência letal, a predominância de pretos e pardos é bem superior à composição da população, ou seja, negros são os que mais morrem independentemente do tamanho da população negra do lugar.

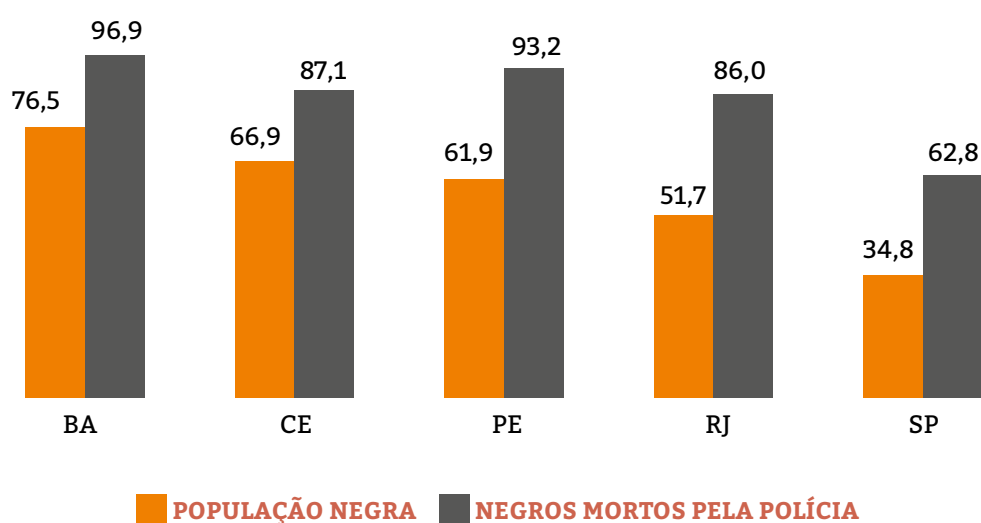
Número de mortos pela polícia e cor em 2019

	BA	CE	PE	RJ	SP
BRANCA	15	4	5	231	290
PRETA	99	-	-	518	73
PARDA	375	27	68	905	422
NEGROS*	474	27	68	1.423	495
COR NÃO INFORMADA/IGNORADA	161	105	1	159	27
OUTROS	-	-	-	1	3
TOTAL GERAL	650	136	74	1.814	815

Fonte: Secretarias estaduais e pedidos via Lei de Acesso à Informação

*Negros: soma de pretos e pardos

População negra e vítimas negras mortas pela polícia em 2019 (em %) Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo



(*) Negros: soma de pretos e pardos

Fontes: IBGE, Censo de 2010; Secretarias estaduais e pedidos via Lei de Acesso à Informação (LAI)

Olhando apenas para os números absolutos de mortos pela polícia em 2019 (sem o marcador racial), verificamos que os totais de vítimas são bastante desiguais em cada estado: num extremo, o Rio de Janeiro com 1.814 vítimas de violência letal policial e, no outro lado, Pernambuco com 74. No meio, aparecem a Bahia com um registro extremamente alto, 650 vítimas, São Paulo com 815 e Ceará com 136. Observando os dados que conseguimos por LAIs⁴, também verificamos que as vítimas, dentro de cada estado, têm distribuição de cor muito desigual. Por exemplo, no Rio de Janeiro, foram mortos 1.423 negros e 231 brancos.

Estes dados se tornam ainda mais chocantes quando os comparamos com a distribuição de cor de cada estado segundo os dados do IBGE. Desconsiderando casos em que a cor de pele da vítima não foi informada, temos: na Bahia, estado em que 76,5% das pessoas são negras, quase 97% (474) das mortes decorrentes da intervenção policial são de pessoas negras; no Ceará, estado em que 66,9% das pessoas são negras, 87% (27) das mortes decorrentes da intervenção policial são de pessoas negras; em Pernambuco, estado em que 62% das pessoas são negras, 93% (68) das mortes decorrentes da intervenção policial são de pessoas negras; no Rio de Janeiro, onde somente 52% das pessoas são negras, 86% (1.423) das mortes decorrentes da intervenção policial são de pessoas negras; em São Paulo, estado em que menos de 35% da população é negra, 63% (495) de mortes decorrentes da intervenção policial são de pessoas negras.

Cor da população (em %)

	BA	CE	PE	RJ	SP
BRANCA	22	31,6	36,5	47,4	63,7
PRETA	17	4,6	6,4	12,1	5,4
PARDA	59,5	62,3	55,5	39,6	29,4
NEGROS*	76,5	66,9	61,9	51,7	34,8
OUTROS	1,6	1,4	1,6	0,9	1,5

Fonte: Censo 2010, IBGE

Cor de mortos pela polícia em 2019 (em %)

	BA	CE	PE	RJ	SP
BRANCA	3,1	12,9	6,8	14,0	36,8
PRETA	20,2	-	-	31,3	9,3
PARDA	76,7	87,1	93,2	54,7	53,6
NEGROS*	96,9	87,1	93,2	86,0	62,8
OUTROS	-	-	-	0,1	0,4

Fonte: Secretarias estaduais e pedidos via Lei de Acesso à Informação

*Negros: soma de pretos e pardos

⁴Lei de Acesso à Informação.



POR QUE TANTAS MORTES?

No Brasil, há anos, batemos recordes de mortes provocadas pela polícia. Em 2019 foram 6.357 mortes decorrentes de ações policiais no país⁵. Há poucos paralelos em termos de registros internacionais de nações fora do contexto de guerras. Em alguns casos, como o do estado do Rio de Janeiro, onde a polícia matou 1.814 pessoas no ano passado, ou na Bahia, onde matou 650, ou em São Paulo, 815, os recordes são superados a cada ano.

Policiais são treinados e sabem que matar um opositor, um suspeito ou um criminoso confirmado é uma decisão que deveria estar no último degrau da escala de uso da força de um agente da lei. Mas a polícia chega atirando em algumas favelas e bairros, acionando primeiro o último grau do uso da força, segundo uma lógica baseada em “atira primeiro e pergunta depois”.

Isto acontece porque moradores desses locais são predominantemente negros e pobres. São desrespeitados por agentes da lei porque são negros e pobres, agentes estes que, independentemente de serem negros ou brancos, assumem a doutrina das corporações e vestem a cor da farda enquanto fazem o trabalho de policiamento. E toda a ideologia do policiamento é baseada na suspeita e na criminalização de certos sujeitos. Os “elementos suspeitos” são sempre jovens, negros e moradores de periferias⁶.

Com isso, ficamos com as perguntas: como atingimos tantas mortes? Que dinâmicas cotidianas de policiamento estão atrás dos números assustadores desses estados?

A POLÍCIA CHEGA
ATIRANDO EM
ALGUMAS FAVELAS
E BAIRROS,
ACIONANDO
PRIMEIRO O ÚLTIMO
GRAU DO USO DA
FORÇA

DESRESPEITO COTIDIANO

Frequentemente, quando o policial adentra favelas e bairros periféricos, passa a ter comportamentos que não ousaria repetir em áreas abastadas. A conduta policial está diretamente ligada ao CEP. Com os pobres, os agentes gritam, ameaçam, usam palavrões, desrespeitam mulheres, crianças, idosos e animais. Colocam em marcha um repertório de violências físicas e simbólicas. As interações entre policiais e população são marcadas principalmente pelas atitudes desrespeitosas.

⁵ Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020.

⁶ Veja *Elemento Suspeito, abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*, de Sílvia Ramos e Leonarda Musumeci (Editora Civilização Brasileira, 2005).

VIDAS
NEGRAS
IMPORTAN



VIDAS NEGRAS
IMPORTAN



As revistas em suspeitos muitas vezes são acompanhadas de tapas no rosto e palavrões seguidos de ameaças. É comum os revistados serem agredidos fisicamente enquanto estão de costas, com o rosto na parede e pernas bem abertas. Em casos recorrentes, policiais tiram fotos dos revistados e enviam a imagem através de aplicativos de mensagens para grupos de policiais: “Reconhecem esse suspeito?”. As mesmas fotos também são exibidas para vítimas ainda sob trauma após delitos e que precisam responder rapidamente se aquela foto no celular é correspondente àquele que o(a) vitimou.

POLICIAIS TIRAM
FOTOS DOS
REVISTADOS E
ENVIAM A IMAGEM
ATRAVÉS DE
APLICATIVOS DE
MENSAGENS

Dessas abordagens que se repetem às centenas ou milhares em cada estado resultam as prisões em flagrante – muitas delas injustas. Às vezes, durante esses “tribunais do zap”, abordagens resultam em mortes. Há relatos em que a execução do suspeito é realizada na mesma noite em que houve consulta aos colegas pelo aplicativo de mensagens.

MATAR EM VEZ DE PRENDER

Outra cena comum: policiais entram numa favela atrás de um fugitivo. O criminoso está armado, mas se entrega à polícia. Em vez de ser preso, o procurado é executado. Na delegacia, os policiais contam que o criminoso resistiu, que os agentes foram “vítimas de injusta agressão” e tiveram que reagir usando arma de fogo. Não há testemunhas, a vítima era um criminoso procurado e policiais têm fé pública, ou seja, em princípio, tudo o que dizem é verdade. O Ministério Público (MP) seguirá os mesmos critérios e acaba ali aquele episódio de “morte decorrente de oposição à ação de agente de estado”. Nem sequer investigação haverá.

No dia seguinte, os policiais que executaram na rua um criminoso que deveriam prender voltarão aos seus serviços e, algumas vezes, serão considerados heróis pelos colegas de farda e até mesmo por parte da população. E assim os corpos de “opositores” vão se empilhando.

E ASSIM OS CORPOS DE “OPOSITORES”
VÃO SE EMPILHANDO



VIDAS
NEGRAS
IMPORTAM

NA GUERRA ÀS DROGAS PERDEMOS TODOS

Existe outra modalidade de mortes decorrentes de ação policial. Elas são típicas do Rio de Janeiro, mas inspiram policiais de outros estados, que se sentem guerreiros com legitimidade para agir com violência contra jovens envolvidos no varejo do tráfico de drogas espalhado por periferias de todo o país. São operações policiais com número elevado de agentes armados com fuzis que adentram áreas dominadas por grupos armados, às vezes com o apoio de veículo blindado, às vezes com o apoio de um helicóptero.

Os varejistas de drogas que dominam o território reagem, entram em confronto armado, e a polícia mata um, dois, às vezes três, quatro, às vezes treze – como no caso do Fallet Fogueteiro, em fevereiro de 2019, ou do Complexo do Alemão, em 2020. É raríssimo que policiais morram nesses confrontos. Os policiais são treinados, estão equipados com coletes e veículos, entram em situações de surpresa para os criminosos locais e têm a intenção de eliminar opositores.

A “guerra às drogas”, o “combate aos traficantes” como base das políticas de segurança pública justificam ações letais que se sucedem, fazem vítimas que se contam às centenas, aos milhares em alguns estados, e não produzem qualquer efeito de redução do poder armado de domínio de território, seja por traficantes de facções, seja por grupos de milícias. O fracasso reiterado dessas políticas justifica novas operações e mais mortos decorrentes de ação policial. É como um círculo vicioso que se retroalimenta e no qual todos somos perdedores.



A OMISSÃO DE DADOS TAMBÉM É RACISMO

Apesar de o número de mortes pelas polícias ser altíssimo, quando olhamos os dados desagregados por cor das vítimas, encontramos um nível inaceitável de informações não preenchidas ou ignoradas. A impressão que fica é que estamos diante de uma discussão proibida. Falar de raça e marcá-la nos registros geram incômodo.

O caso mais grave é o do Ceará, estado em que 77,2% das vítimas de violência policial letal simplesmente não têm cor declarada. Ignora-se esta que é uma das informações mais importantes para se compreender o quanto a violência policial é focada em determinados perfis já bem conhecidos. O caso da Bahia também é preocupante, pois quase 25% das vítimas não têm a sua cor preenchida no banco de dados.

Casos sem informação de cor (em%)

	BA	CE	PE	RJ	SP
Não informado ou ignorado	24,8	77,2	1,4	8,8	3,3

Fonte: Secretarias estaduais e pedidos via Lei de Acesso à Informação

Os dados são essenciais para a criação de políticas públicas. Sem eles para orientar os objetivos e informar a eficácia, não podem ser diagnosticados os problemas e menos ainda serem tecidas proposições capazes de superá-los. Uma política pública precisa ter objetivos e indicadores que possibilitem a avaliação do cumprimento de metas.

Lembramos ainda que o preenchimento de dados por parte de funcionários públicos, seja nas áreas de saúde, educação ou segurança, é procedimento que depende exclusivamente de treinamento e orientação de chefias. Se os dados se apresentam sistematicamente sem informações, isto expressa gestões indiferentes à qualidade dos indicadores que deveriam orientar políticas públicas. A ação de não produzir dados sobre os mortos pela polícia ou não divulgá-los com facilidade é uma política em si mesma, mas não uma política pública como gostaríamos, e sim uma política que procura encobrir o genocídio negro.

Se os governos sequer produzem dados capazes de mostrar as dinâmicas de violência envolvidas, principalmente por parte de seus agentes, como poderão mudá-las?

UMA POLÍTICA
PÚBLICA PRECISA
TER OBJETIVOS
E INDICADORES
QUE POSSIBILITEM
A AVALIAÇÃO DO
CUMPRIMENTO
DE METAS



A BATALHA DAS LAIS

Em primeiro lugar é importante falarmos sobre o processo progressivo de fechamento das instituições de segurança pública em relação à transparência e ao acesso público aos dados. Em todos os cinco estados tivemos dificuldades de acesso às informações solicitadas, seja pelo não cumprimento do prazo legal (20 dias úteis), seja por respostas não condizentes com o requerido.

A falta de comprometimento com a produção e a publicação de dados confiáveis com regularidade e o desrespeito ao que dispõe a Lei de Acesso à Informação representam graves entraves para o controle eficiente das políticas públicas, pois impedem que seja de amplo conhecimento da população quais são as pessoas que mais morrem em decorrência de violência policial, silenciando sobre o racismo impregnado nas corporações brasileira.

ESTADO	PROBLEMAS ENFRENTADOS
BAHIA	Não respondeu ao pedido de acesso aos dados até o presente momento. Conseguimos acesso aos dados de 2019 por outros meios.
CEARÁ	Respondeu com atraso.
PERNAMBUCO	Enviou números absolutos. Entramos com recurso para obter os microdados, mas até o momento não foi respondido. Conseguimos acesso aos dados de 2019 por outros meios.
RIO DE JANEIRO	Enviou informações erradas por duas vezes. Foi necessário protocolar dois recursos para que os dados corretos fossem enviados.
SÃO PAULO	Não enviou os dados. Solicitou que eles fossem coletados no site ssp.sp.gov.br/transparenciassp/ , mas os dados têm inconsistências e os valores totais não correspondem às estatísticas oficiais da própria secretaria.

Porém, mostramos neste relatório quais são essas pessoas. Confira a análise dos dados e da conjuntura de cada estado monitorado pela Rede de Observatórios da Segurança nas próximas páginas e tire suas próprias conclusões sobre a cor daquele que a polícia escolhe matar.





**A cor da violência
nos estados da Rede**



UM RETRATO CRUEL DA BAHIA

Cor da população e cor dos mortos pela polícia em 2019 (em %)

	CENSO DO IBGE	MORTOS PELA POLÍCIA
BRANCA	22	3
PRETA	17	20,2
PARDA	59,5	76,7
NEGRA	76,5	96,9
OUTROS	1,6	-

A violência antinegra deveria constar como parte do retrato fiel [e cruel] da Bahia, que concentra uma das maiores populações negras do Brasil. A distribuição da morte continua sendo parte da agenda política do estado, onde a reconfiguração do território desenhada para as políticas públicas esconde as topografias militarizadas, os conflitos nada silenciosos, e onde gerações de crianças e jovens passaram a ser socializadas em função da experiência de assistirem ao enterro precoce de seus pares. A violência racial de Estado não é contingente à transgressão. Ela não é resposta ao desvio. E a distribuição da morte como exercício organizado do poder, que se autolegitima nos discursos da guerra, define a agenda política. A normalização da violência antinegra é assim previsível na sua imprevisibilidade, como registra o pesquisador João Vargas⁷.

O mês de novembro de 2020 se encaminha para ser o mês mais sangrento dos últimos sete meses na capital baiana. O cenário da pandemia redefiniu as estratégias dos governos em diversas esferas, alterando proposições e políticas de forma por vezes radical, redistribuindo o orçamento previsto, construindo novas estruturas para o enfrentamento da crise. O coronavírus impôs desafios de se pensar a gerência da vida, mas especialmente da morte. “Sem fôlego e privados de máquinas respiratórias, muitos partiram repentinamente, sem qualquer possibilidade de se despedirem. Os restos mortais foram imediatamente cremados ou enterrados. Em solidão. Disseram-nos para nos livrarmos deles o mais rapidamente possível”⁸.

A covid-19 revelou algumas das condições profundas da distribuição desigual das possibilidades e das oportunidades de existência, e por ora deixou apenas mais visíveis questões normalizadas pela violência racial: a privação do acesso à saúde, a partida repentina, a impossibilidade de viver o luto.

Logo após o mês que marca as celebrações do Dia da Consciência Negra, ele mesmo uma memória da perda, uma referência ao assassinato de Zumbi dos Palmares em 1695 na Serra da Barriga, a Rede de Observatórios da Segurança

CRIANÇAS
E JOVENS
PASSARAM A SER
SOCIALIZADAS
EM FUNÇÃO DA
EXPERIÊNCIA DE
ASSISTIREM AO
ENTERRO PRECOCE
DE SEUS PARES

⁷ VARGAS, João H. “Desidentificação”: a lógica de exclusão antinegra no Brasil. In: PINHO, Osmundo; VARGAS, João H. (orgs.). *Antinegitude: O impossível Sujeito Negro na Formação Social Brasileira*. Cruz das Almas: EDUFBR; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

⁸ O direito universal à respiração, de Achille Mbembe (Buala, 2020).

lança mais um importante material para pensarmos, a partir da segurança pública, a produção da morte e da violência antinegra no Brasil. Há um retrato *cruel* da Bahia que gerencia a circulação do corpo negro; ele percorre as narrativas televisivas para vender salvacionismos, e se alimenta do vocabulário do homicídio, da chacina e da guerra.

A Polícia Militar da Bahia já é este ano uma das mais letais do país. De acordo com nosso levantamento da Rede de Observatórios, só ficou atrás do Rio de Janeiro no assunto assassinato – e esta é um *expertise* carioca. Ao menos um terço das operações cobertas pela imprensa resultaram em morte. A polícia que mata é a mesma que não investiga, não presta contas à sociedade, não é processada e responsabilizada, não divulga dados, e que negocia diretamente com a vida da população. Os resultados desastrosos do combate ao tráfico de drogas criminalizam a periferia, onde as forças de segurança agem de maneira ostensiva, utilizando prioritariamente a violência, contribuindo de forma direta para a manutenção de um modelo insustentável, baseado na altíssima letalidade e no encarceramento, na concentração de lucros e na corrupção dos agentes do Estado em todos os poderes.

NÃO TEM NEGRO NO CEARÁ?

Cor da população e cor dos mortos pela polícia em 2019 (em %)

	CENSO DO IBGE	MORTOS PELA POLÍCIA
BRANCA	31,6	12,9
PRETA	4,6	-
PARDA	62,3	87,1
NEGRA	66,9	87,1
OUTROS	1,4	-

No levantamento realizado pela Rede de Observatórios, o Ceará ocupa uma posição singular: trata-se do estado em que o número de vítimas cuja cor não foi informada (77%) supera em muito o número das pessoas cujas cores são conhecidas. Há razões para acreditar que não se trata de um problema técnico, mas sim resultado de uma condição sócio-histórica de invisibilização da população negra. Trata-se de um tabu de uma sociedade que defende o mito da democracia racial e tenta apagar a negritude da sua história. Embora 66,9% da população sejam negros, alimenta-se a ideia de que não há negros no Ceará. Ainda assim é possível saber o quanto a violência é racialmente seletiva, pois além de CEP, ela também tem cor: os brancos representam menos de 3% dos mortos em intervenções policiais neste estado.

O caso mais recente de violência policial, embora não tenha resultado em morte, ocorreu em pleno Dia da Consciência Negra (20 de novembro). Sob a alegação de “desacato”, três militantes negros foram feridos e detidos pelo Batalhão de Choque enquanto protestavam contra a tortura e os maus-tratos no sistema penitenciário. Um paradoxo.

REGISTRAR A COR DOS CORPOS É DAR UMA COR À VIOLÊNCIA

Hilário Ferreira¹

No Ceará, todo negro ou negra já foi abordado uma vez na vida e já escutou a frase: “No Ceará não tem negros”. Essa afirmação comum e corriqueira entre nós não deve ser entendida como um comentário simples. Ela possui uma força ideológica e um efeito que extrapolam os limites do estado. Coloca no campo da invisibilidade um conjunto de histórias e vivências de mais de um século que ainda não foi suficientemente estudado, já que consideramos que esse processo de negação do negro aqui se fortalece nos anos pós-abolição. Entretanto, consideramos que esse procedimento é parte de um projeto racial e político de Estado, que tem raízes históricas e é patrocinado pelas elites (que se autointitulam brancas), de que a nação brasileira se pretende, num futuro não muito distante, ser branca.

No entanto, quando se tem acesso a documentos históricos, analisando-os a partir de um olhar crítico, tem-se um resultado surpreendente que me levou à conclusão de que a presença negra e mestiça em muitas vilas da província do Ceará era bem superior à de brancos. Os dados que apresentei em um estudo anterior² revelaram, a partir de mapas populacionais de 1804, 1808, 1813 e 1872, uma realidade radicalmente oposta à que “naturalmente” somos levados a perceber. Tal resultado rompe com o silêncio intencional a que a população negra foi condenada, já que os estudos oficiais referentes a negros no Ceará, durante um longo tempo, se limitaram a dois assuntos: escravidão e abolição.

O racismo estrutural, somado ao institucional, insiste em silenciar sobre essa presença negra no estado. O objetivo é evitar que haja dados concretos desta instituição que comprovem que realmente vivemos num país racista. A palavra racismo incomoda a branquitude³. A não identificação da cor dos corpos resultados da violência policial no Ceará pode estar ligada a esta questão. Registrar a cor dos corpos é dar uma cor à violência. É assumir a presença negra no Ceará e também o racismo.

A NAÇÃO
BRASILEIRA SE
PRETENDE, NUM
FUTURO NÃO MUITO
DISTANTE, SER
BRANCA

¹Hilário Ferreira é mestre em História Social (UFC), graduado em Ciências Sociais (UFC), professor, pesquisador da história e da cultura negra do Ceará e conselheiro da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAPRO – CE).

²Ver cap. 1. FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Vol. 1. Fortaleza: SECULI/CE, 2011.

³Diz respeito aos diversos mecanismos de manutenção da hierarquia branca dominante nos espaços de poder em nossa sociedade, em especial por meio dos mecanismos de invisibilidade do papel, das responsabilidades e das vantagens dos brancos no cenário de reprodução constante do racismo.

A FALÁCIA PERNAMBUCANA

Cor da população e cor dos mortos pela polícia em 2019 (em %)

	CENSO DO IBGE	MORTOS PELA POLÍCIA
BRANCA	36,5	6,8
PRETA	6,4	-
PARDA	55,5	93,2
NEGRA	61,9	93,2
OUTROS	-	-

Há sempre quem diga que mais pessoas negras morrem pela violência policial porque existem mais pessoas negras na sociedade. Se pensarmos desta forma, também deveria haver mais representação negra nas universidades, no mercado de trabalho e na política. Mas só observamos mesmo a representatividade nos índices de mortes.

Essa falácia se faz completa quando observamos os números de Pernambuco. Negros compõem 61,9% da sociedade e são 93,1% das pessoas que foram mortas pela polícia em 2019. Assim, o discurso de quem tenta nos convencer de que a violência não tem cor é desmontado. Se o número de negros mortos pela polícia é equivalente ao número de negros da sociedade pernambucana, ele não deveria passar dos 61%. Olhando o mesmo fenômeno pelo outro lado: brancos são 36,5% da população do estado e são 6,8% dos mortos pela polícia quando analisamos os dados de 2019.

Há ainda quem diga que a polícia de Pernambuco é uma polícia que mata pouco, comparada à de outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, e que por isso não há motivo para tanto alarde. Em 2019 o número absoluto de mortos em decorrência de ação policial em Pernambuco foi de 74 pessoas, enquanto no Rio de Janeiro foram 1.814, em São Paulo, 815 e na Bahia, 650. Porém, não podemos perder de vista duas coisas. Primeiro, que esse número já foi a metade em 2015 – 37 pessoas. Isto nos permite indagar se estamos vivendo uma tendência de alta desse fenômeno que é uma característica nacional das polícias brasileiras. O segundo ponto para preocupação aparece quando olhamos os dados do primeiro semestre de 2020: o número já ultrapassou a vergonhosa marca de 55 casos em ano de pandemia. Somente em novembro deste ano duas chacinas com nove mortos foram registradas.

Tem também quem diga que o racismo não existe, mas para cada dez pessoas mortas pela polícia em Pernambuco, nove são negras – um percentual de 93,1%. Se esses números não indicam racismo estrutural e institucional, o que mais poderia ser?

ESTAMOS VIVENDO
UMA TENDÊNCIA
DE ALTA DESSE
FENÔMENO
QUE É UMA
CARACTERÍSTICA
NACIONAL
DAS POLÍCIAS
BRASILEIRAS



NEM O STF SOBREVIVE NO RIO DE JANEIRO

Cor da população e cor dos mortos pela polícia em 2019 (em %)

	CENSO DO IBGE	MORTOS PELA POLÍCIA
BRANCA	47,4	14,0
PRETA	12,1	31,3
PARDA	39,6	54,7
NEGRA	51,7	86,0
OUTROS	0,9	0,1

O ano de 2020 no Rio de Janeiro começou com uma revelação chocante. Em janeiro, foram divulgados os dados da violência e da criminalidade de 2019. As mortes decorrentes de intervenção policial tinham atingido o patamar inimaginável de 1.814 assassinatos, o maior de uma série histórica de trinta anos. Desses mortos, 86% deles são pessoas negras executadas pelo estado, enquanto a população negra do estado é de 51%. Esta proporção choca.

O estado vive em calamidade desde o início da pandemia, o que não fez com que as polícias fluminenses dessem um tempo e respeitassem o isolamento imposto pelo coronavírus. Pelo contrário, a repressão ao varejo da venda de drogas nas favelas com operações perigosas e letais não só foi mantida, como também intensificada.

O que assistimos foram mortes como a do menino João Pedro, de 14 anos, que foi executado na sala de sua casa em uma operação policial sem explicações na favela do Salgueiro, em São Gonçalo. Sua morte causou protestos pelas vidas negras que são ceifadas aqui e em outros países. Manifestações no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia pediam justiça por João Pedro e por George Floyd – homem negro que morreu asfixiado pela polícia dos EUA.

Em um período de dez dias, no auge da pandemia, a polícia do Rio de Janeiro matou 13 pessoas numa operação no Complexo do Alemão; João Victor Gomes da Rocha, de 19 anos, na Cidade de Deus; Rodrigo Cerqueira, de 19 anos, no Morro da Providência; e Iago Cesar, de 21 anos, em Acari. Além do menino João Pedro.

O morador da favela passou 2020 fugindo de vírus e de tiro. O Supremo Tribunal Federal – STF precisou intervir após os registros assustadores de 115 mortes por agentes policiais em março, 179 em abril e 130 em maio com a ADPF das Favelas⁹, que proíbe as operações em comunidades durante a pandemia.

O MORADOR DA
FAVELA PASSOU
2020 FUGINDO DE
VÍRUS E DE TIRO

⁹ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, conhecida como a "ADPF das Favelas", que proíbe operações policiais em comunidades durante a pandemia. Ver: <https://www.adpfdasfavelas.org/>

Há décadas não há notícias de operações com alta letalidade policial nos bairros abastados, onde predominam brancos. No Rio, o racismo da segurança pública e da cultura de policiamento é explícito e se exerce sem disfarces. É nas favelas que a polícia faz operações cotidianas e mata sem controle. Talvez por esta razão, o STF foi específico quando proibiu ações policiais durante a pandemia, dizendo literalmente que estavam proibidas “operações em comunidades”. Em junho, as mortes por policiais caíram para 34, ou seja, uma queda de mais de 70%. A redução das mortes decorrentes se manteve em julho, agosto e setembro.

Os números mudam quando Wilson Witzel é afastado por suspeitas de corrupção na saúde e Cláudio Castro assume o estado. O governador interino dá de ombros para a determinação do Supremo e os números de mortes provocadas pela polícia crescem 179% – boa parte é de pessoas negras. No final de novembro, o STF determinou que o governo e o MP cumpram as determinações da ADPF das Favelas.

No Rio, como vemos, até o STF corre risco de ser atingido.

EM SP, CARTA BRANCA PARA MATAR

Cor da população e cor dos mortos pela polícia em 2019 (em %)

	CENSO DO IBGE	MORTOS PELA POLÍCIA
BRANCA	63,7	36,8
PRETA	5,4	9,3
PARDA	29,4	53,6
NEGRA	34,8	62,8
OUTROS	1,5	0,4

Os homicídios em São Paulo estão caindo de forma drástica desde 1999. Passou da casa dos 44 para 8 homicídios por 100 mil habitantes, a menor entre as 27 unidades da federação brasileiras. Mas em compensação, as polícias se tornaram um dos principais causadores de homicídios no estado.

Em 2019, foram mortas 867 pessoas durante intervenção policial. Isto significa que mais de 20% de todas as mortes do estado ocorreram durante o trabalho das forças policiais. Do total de mortos, 62,8% são negros, mesmo correspondendo a somente 34,8% da população paulista. São números que revelam o racismo da força policial de São Paulo.

A situação poderia ser ainda pior, considerando-se que desse total de mortes pela polícia não constam os casos do chamado Caixa 2, gíria usada por policiais que matam fora do serviço em bicos de segurança privada. Foi o que levou

A SITUAÇÃO PODERIA SER AINDA PIOR, CONSIDERANDO-SE QUE DESSE TOTAL DE MORTES PELA POLÍCIA NÃO CONSTAM OS CASOS DO CHAMADO CAIXA 2



ao assassinato em junho deste ano do adolescente Guilherme Silva dos Santos, de 15 anos, sequestrado em frente à sua casa e depois executado. Investigações apontaram para a autoria de dois policiais militares em folga, que atuavam como seguranças privados na área.

Confrontadas com a sua incapacidade de controlar e diminuir os homicídios das forças policiais, as autoridades paulistas respondem de forma protocolar e ao mesmo tempo omissa. Os riscos dessa omissão histórica é fragilizar cada vez mais o controle das autoridades sobre as corporações policiais.

No primeiro semestre, apesar da pandemia e do isolamento social, os casos de violência policial continuaram subindo em São Paulo. A tolerância das autoridades à violência policial no Rio de Janeiro foi uma das sementes dos grupos paramilitares, que usaram essa carta branca para matar como forma de vencer seus rivais no crime e ficarem ricos.

Enquanto existir um descontrole das autoridades e um incômodo em aceitar que as discussões sobre segurança e política pública precisam ser centradas na questão racial, corpos negros bambeiam e dançam, porque a bala não erra o alvo. O alvo do estado é preto.



VIDAS
NEGRAS
IMPORTAM





Quem faz a Rede de Observatórios

Baseados em cinco estados, os integrantes da Rede combinam metodologia de pesquisa rigorosa, monitoramento diário, diálogo com a sociedade civil e conhecimento da realidade local para fazer análises sobre violência e segurança pública.



SOBRE O RELATÓRIO

Edição: Juliana Gonçalves

Design: Refinaria Design

Revisão: Malu Resende

Fotos:

Felipe Iurata

REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



observatorioseguranca.com.br



@redeobservatorios



@rede_seguranca



@rededeobservatorios

BAHIA

CEARÁ

PERNAMBUCO

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO



APOIO



FORD
FOUNDATION

APOIO INSTITUCIONAL



UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES